

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da cerimónia de tomada de posse do novo Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar e condecoração do Presidente cessante.

Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 23 de julho de 2020

O Ministério da Defesa Nacional atribui uma grande relevância à sua história. Sabemos muito bem neste ministério que apenas podemos aspirar a compreender o presente se logarmos ancorar a nossa análise numa visão do processo histórico que nos trouxe até o momento atual. Não é, portanto, estranho que se tenha criado esta Comissão Portuguesa de História Militar ter sido criada em 1989 na dependência direta do Ministro da Defesa Nacional.

Na história de mais de oito séculos do Estado Português, as Forças Armadas tiveram sempre um papel central, fosse qual fosse a sua designação e organização, que naturalmente foi variando de acordo com as realidades de diferentes épocas. Em todos os grandes conflitos e guerras, em todas as crises e emergências, os militares portugueses estiveram sempre presentes na defesa dos portugueses e dos interesses nacionais.

Um episódio talvez pouco conhecido, mas que merece sempre ser recordado, data do terramoto de 1755, quando foram militares que, correndo grandes riscos, salvaram do incêndio que grassava na arruinada Torre do Tombo, muitos dos documentos que hoje guardamos no nosso Arquivo Nacional. Portanto, muita da investigação histórica que hoje se faz sobre todo o tipo de temas e períodos do nosso passado não seria possível sem esse esforço heroico dos nossos militares. Também isto é história militar.

A Defesa Nacional valoriza a sua obrigação de memória perante aqueles que se sacrificaram na defesa das instituições nacionais e na proteção dos portugueses. O estudo da história da Defesa Nacional e das Forças Armadas tem, portanto, uma dimensão importante de memória, mas isso nada tem a ver com a nostalgia.

A história militar é fundamental para alimentar uma constante aprendizagem e renovação.

As Forças Armadas têm, efetivamente, como um dos marcos mais importantes da sua cultura organizacional o processo de extração de lições a partir da experiência histórica concreta das suas missões. Não temos a ilusão de encontrar na história analogias simplistas com respostas prontas para as ameaças e riscos atuais. Mas um líder prudente aprenderá não apenas com os seus sucessos e erros, mas também com os sucessos e os erros de outros na história passada. Por isso mesmo, é tão importante que o estudo da história militar seja feito de forma sistemática, em investigações aprofundadas, que nos permitem perceber semelhanças e diferenças, padrões e variações.

Gostaria, por fim, de sublinhar a importância de se dar continuidade a dois aspetos que distinguem a Comissão Portuguesa de História Militar desde a sua criação: a internacionalização do conhecimento, e a parceria com os meios académicos civis.

Como muitos aqui saberão, um objetivo fundamental na criação da Comissão Portuguesa de História Militar era a criação de condições para que houvesse uma voz e participação portuguesa na Comissão Internacional de História Militar, um objetivo que se efetivou no próprio ano da sua criação. Este passo tem permitido dar visibilidade fora de fronteiras à investigação histórica feita em Portugal, contribuindo para dar ao nosso passado militar a devida relevância na história global. Esta dimensão de

internacionalização é algo que me parece fundamental manter e, na medida do possível, reforçar.

Por outro lado, a Comissão Portuguesa de História Militar, como fica claro nos seus estatutos, tem como um dos seus objetivos a abertura aos meios civis e a participação ampla de académicos nas suas atividades. Este tipo de parcerias, este trabalho conjunto de civis e militares é fundamental.

A Comissão Portuguesa de História Militar tem desde o início contribuído para desfazer o mal-entendido, creio que hoje já quase totalmente ultrapassado, de que só os militares teriam interesse pelas questões da defesa ou a capacidade de as estudar. A promoção de uma cultura de Defesa verdadeiramente nacional, e, portanto, amplamente difundida no país, significa que ela não

pode ser algo exclusivo dos militares. O desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente nacional de defesa tem de ser o resultado de uma parceria ativa entre civis e militares.

Face à necessidade de renovação imposta pela vontade de aposentação do Tenente-General Alexandre Sousa Pinto, estou convicto que não há melhor nome para presidir à Comissão Portuguesa de História Militar nesta nova etapa, do que o Sr. Major-General João Vieira Borges. Este ilustre oficial de artilharia, é ele próprio um académico doutorado, um professor experiente, e um historiador militar com mais de duas dezenas de livros e mais de uma centena de artigos publicados.

Os seus estudos são de uma abrangência notável, desde a ocupação portuguesa de Madrid pelo Marquês das Minas no

século XVIII, aspetos da Guerra Peninsular no século XIX, uma interessantíssima biografia do Marquês Sá da Bandeira, estudos sobre a Primeira Guerra Mundial, até chegar aos desafios da estratégia atual, como o terrorismo. Ou seja, é alguém que nos seus estudos e no seu trabalho demonstra perfeitamente a importância da ligação frutuosa entre o estudo do passado e os desafios do presente e do futuro da Defesa Nacional.

O Sr. Major-General Vieira Borges foi até há bem pouco tempo o Comandante da Academia Militar, e aí tem sido assinalável o seu empenho em parcerias frutuosas entre essa instituição militar fundamental de ensino, formação e pesquisa, e as universidades e centros de investigação civis, nacionais e internacionais.

Estou, por isso, muito grato ao Sr. Major-General Vieira Borges por ter aceitado mais este desafio, de presidir à Comissão Portuguesa de História Militar. E estou certo de que saberá interpretar esta função com a sua rica experiência como investigador e como líder, para que esta Comissão possa continuar a dar um contributo fundamental para a promoção da dimensão histórica de uma cultura de defesa, fortemente internacionalizada, e verdadeiramente nacional.

O Sr. Tenente-General Alexandre Maria de Castro de Sousa Pinto não poderia terminar hoje o seu mandato como presidente da Comissão Portuguesa de História Militar sem o justo reconhecimento do seu trabalho dedicado, do seu empenho sem falhas ao serviço da Comissão Portuguesa de História Militar, que o mesmo é dizer, ao serviço da preservação da memória e do património da Defesa Nacional.

Durante o seu mandato foram distribuídos milhares de exemplares de estudos de história militar por escolas e bibliotecas de todo o país. Foram assinadas várias parcerias com entidades civis envolvidas na investigação destes temas. O Prémio da Defesa Nacional, e a iniciativa de criar um micro-sítio próprio no Portal da Defesa foram duas importantes iniciativas no sentido de promover na comunidade académica e no público em geral a

valorização e o conhecimento dos temas da História Militar. Queria ainda sublinhar o seu empenho na evocação do Centenário da Primeira Guerra Mundial e do Bicentenário da Guerra Peninsular. No seu mandato foram organizados centenas de eventos, sendo de destacar o XXXV Congresso Internacional de História Militar, um marco na internacionalização deste campo de saber.

Não há melhor prova da sua grande dedicação à Comissão Portuguesa de História Militar do que o facto de lhe ter dedicado 16 anos da sua vida. Muito obrigado Senhor Tenente General Alexandre Sousa Pinto por estes anos de trabalho dedicado ao serviço da Defesa Nacional e do País, estes últimos como presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, e

sobretudo pela qualidade do trabalho efetuado ao longo dos anos,
muito em particular na liderança desta instituição.